

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

Os Entes Consorciados representados pelo **MUNICÍPIO DE COLORADO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Travessa José Pâmio nº 41 – CEP 86690-000, na cidade de Colorado – PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº CNPJ 76.970.326/0001-03, neste ato representado pelo senhor **Joaquim Horácio Rodrigues**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da CI/RG nº 5.696.965-9 da SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 718.770.889-00, residente e domiciliado na Rua Ceará nº 1055, centro, em Colorado – PR; **MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Rua Bahia s/nº – CEP 86670-000, na cidade de Itaguajé – PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº 76.970.359/0001-53, neste ato representado pelo senhor **Jairo Augusto Parron**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da CI/RG nº 4.090.569-3 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº CPF: 616.971.769-68, residente e domiciliado na Rua Heitor José Tolentino nº 809, centro, em Itaguajé – PR; **MUNICÍPIO DE LOBATO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Rua Antônio Coletto nº 1260 - CEP 86790-000, na cidade de Lobato - PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº CNPJ 76.970.367/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito Municipal senhor **Fabio Chicaroli**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da CI/RG nº 6.029.949-8 da SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 005.409.059-84, residente e domiciliado na Rua Antonio Vieira de Brito nº 47, centro, em Lobato – PR; **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Rua Padre Anchieta nº 131 – CEP 87050-020, na cidade de Nossa Senhora das Graças – PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº CNPJ 76.970.300/0001-65, neste ato representado pelo senhor **João Pineli Pedroso**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da CI/RG nº 929.604 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 208.323.389-15, residente e domiciliado na Estrada Água Branca, km 02, Chácara W W, em Nossa Senhora das Graças – PR; **MUNICÍPIO DE PARANACITY**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Rua Pedro Paulo Venerio nº 1022 – CEP 87660-000, na cidade de Paranacity - PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº 76.970.334/0001-50, neste ato representado pela senhora **Ednea Buchi Batista**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da CI/RG nº 514.689 da SSP/PR, e inscrita no CPF/MF sob nº 010.461.449-87, residente e domiciliada na Rua Professora Zelina Alves nº 740, centro, Paranacity – PR; **MUNICÍPIO DE SANTA INÊS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Rua Governador Munhoz da Rocha nº 200 - CEP 86660-000, na cidade de Santa

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

Inês - PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº 78.092.293/0001-71, neste ato representado pelo senhor **Marcel André Regovichi**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da CI/RG nº 5.325.512-4 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 797.909.509-00, residente e domiciliado na Rua Vereador Cícero Antunes nº 154, centro, em Santa Inês – PR; **MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Rua Marcelino Alves Alcântara nº 133 - CEP 86650-000, na cidade de Santo Inácio - PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº 76.970.375/0001-46, neste ato representado pelo senhor **Valdir Antônio Turcatto**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da CI/RG nº 689.323-6 da SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº 074.015.909-72, residente e domiciliado na Rua Massaru Uchida nº 664, centro, Santo Inácio – PR, **MUNICÍPIO DE UNIFLOR**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Prefeitura Municipal situada na Avenida das Flores nº 118 – CEP 87640-000, na cidade de Uniflor - PR, com inscrição no CNPJ/MF sob nº 76.279.975/0001-62, neste ato representado pelo senhor **Antonio Zanchetti Netto**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da RG nº 818.884-0 da SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 199.227.019-87, residente e domiciliado na Praça Pedro Arnalt de Toledo nº 02, centro em Uniflor – PR, tornam público o **Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Paranapanema, do Estado do Paraná – CINDEP**, na forma de **Contrato de Consórcio Público**, constituído em Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, integrante da administração indireta de todos os Entes Consorciados, nos termos do art. 6º, inc. I, § 1º da Lei Federal nº 11.107/2005, com ratificação do Protocolo de Intenções, firmado em 25 de janeiro de 2013, por suas respectivas leis municipais, e aprovação de seus representantes legais reunidos em Assembleia Geral, realizada no dia 27 de maio de 2013, sendo esta publicação na Imprensa Oficial, de cada Ente Consorciado, condição imprescindível para a formalização do referido Contrato de Consórcio Público, nos termos que se segue:

## TÍTULO I

### DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

**Art. 1º.** - O Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Paranapanema, do Estado do Paraná – CINDEP é constituído sob a forma de associação pública, de natureza autárquica, integrante da administração indireta de todos os Entes, regendo-se pelo contrato de Consórcio Público, devidamente aprovado na forma do presente Estatuto, previsto pela Federal Lei nº 11.107/2005, e Decreto nº. 6.017/2007, além das respectivas Leis Municipais de cada Ente Associado, e legislação aplicável à espécie e regulamentação efetivada por seus órgãos.

**Art. 2º.** - O Consórcio Público é composto pelos Municípios de **COLORADO, ITAGUAJE, LOBATO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, PARANACITY, SANTA INÊS, SANTO INÁCIO e UNIFLOR**, todos com leis de ratificação do protocolo de intenções aprovadas pelo Poder Legislativo local e em vigor, representadas pelos seguintes atos normativos e constitutivos de obrigações:

I – Município de Colorado – Lei Municipal nº 2522, de 22 de fevereiro de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 24/02/2013;

II – Município de Itaguajé – Lei Municipal nº 815, de 08 de fevereiro de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 10/02/2013;

III – Município de Lobato – Lei Municipal nº 1231, de 05 de fevereiro de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 09/02/2013;

IV – Município de Nossa Senhora das Graças – Lei Municipal nº 688, de 15 de fevereiro de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 22/02/2013;

V – Município de Paranacity - Lei Municipal nº 1920, de 15 de fevereiro de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 17/02/2013;

VI – Município de Santa Inês – Lei Municipal nº 0000, de 00 de ..... de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 00/00/2013;

VII – Município de Santo Inácio - Lei Municipal nº 1050, de 18 de março de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 00/03/2013;

VIII – Município de Uniflor – Lei Municipal nº 1026, de 15 de março de 2013, com publicação na Imprensa Oficial, em data de 17/03/2013.

**Parágrafo único.** O rol de entes federativos integrantes do Consórcio Público poderá ser ampliado ou diminuído, a depender da retirada ou exclusão e ingresso de ente federativo.

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto Contrato de Consórcio Público

#### CAPÍTULO II DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

**Art. 3º.** - O Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale do Paranapanema do Estado do Paraná – CINDEP tem como sede o Município de Colorado, com instalações situadas na Rua Pernambuco, nº 401, Centro, CEP 86.669-00, na cidade de comarca de Colorado – Paraná.

§ 1º. O espaço físico e o mobiliário necessário ao regular desenvolvimento das atividades serão arcados pelo município sede.

§ 2º. Poderá o local ser alterado, desde que assim disponha a assembleia geral, em votação por maioria simples.

**Art. 4º.** - A área de atuação do consórcio corresponde à soma do território dos Municípios de de **COLORADO, ITAGUAJE, LOBATO, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, PARANACITY, SANTA INÊS, SANTO INÁCIO e UNIFLOR**, todos localizados na Região do Vale do Rio Ivaí, no Noroeste do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** A área de atuação poderá ser ampliada ou reduzida, a depender de eventuais retiradas ou entradas de entes federativos no Consórcio Público.

**Art. 5º.** - O prazo de duração do Consórcio Público é indeterminado.

#### TÍTULO II DAS FINALIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO CAPÍTULO ÚNICO DAS FINALIDADES

**Art. 6º.** - O Consórcio Público tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável da Região do Vale do Paranapanema do Estado do Paraná, englobando as dimensões econômicas, social, cultural, ambiental e notadamente:

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

#### Contrato de Consórcio Público

- a) Adquirir, contratar e utilizar patrulhas rodoviárias, agrícolas e equipamentos em conjunto;
- b) Prestar assistência técnica de extensão rural;
- c) Implementar estrutura para a coleta e reciclagem de resíduos sólidos e executar os serviços correspondentes;
- d) Construir e administrar aterros sanitários;
- e) Elaborar e executar projetos, programas, treinamentos e demais ações que contribuam para a qualificação e implementação de serviços em todas as áreas de atuação das municipalidades;
- f) Adotar posturas voltadas à concretização das normas de proteção ambiental, inclusive à reparação de passivos existentes;
- g) Fomentar o turismo sustentável;
- h) Promover ações direcionadas à capacitação e aperfeiçoamento técnico e profissional da população em geral e das pessoas vinculadas às administrações municipais;
- i) Efetivar políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade;
- j) Qualificar o sistema de atendimento à saúde, englobando as áreas especiais e complexas;
- k) Adotar as medidas necessárias para a implementação do Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) em todos os Municípios, bem como contribuir para a adequação de produtores às normas de proteção sanitária;
- l) Fomentar as áreas de cultura, esporte, lazer e educação promovendo ações e obras necessárias;
- m) Desenvolver o comércio, a indústria, o setor de telecomunicações e tecnologias;
- n) Promover o acesso à moradia digna e as condições de urbanidade e salubridade.

### TÍTULO III

#### DA ESTRUTURA, COMPETÊNCIAS, REPRESENTAÇÃO

#### CAPÍTULO I

#### DA ESTRUTURA

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto Contrato de Consórcio Público

**Art. 7º.** - A estrutura organizacional do Consórcio Público conta com os seguintes órgãos:

Assembleia Geral;

- a) Conselho Diretor;
- b) Conselho Fiscal;
- c) Secretaria Geral.

## SEÇÃO I

### DA ASSEMBLEIA GERAL

**Art. 8º.** - A Assembleia Geral, composta por todos os entes federativos que integram o Consórcio Público é sua instância máxima.

**Art. 9º.** - Compete à Assembleia Geral:

- I – Elaborar, aprovar e modificar o estatuto do Consórcio Público;
- II – Eleger o Presidente do Consórcio Público, o Vice-Presidente e o Tesoureiro, todos os integrantes do Conselho Diretor e Fiscal;
- III – Deliberar e aprovar alterações no contrato de Consórcio Público;
- IV - Julgar os procedimentos para aplicação das penalidades de suspensão e exclusão de ente consorciado e executar a decisão correspondente;
- V – Deliberar sobre as contribuições mensais a serem definidas em contrato de rateio e respectivas cotas de serviços;
- VI – Aprovar:
  - a) O orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de eventuais contratos de rateio;
  - b) A política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio.
  - c) O Plano de Metas e o Relatório Anual de Atividades;
  - d) As prestações de contas, depois de opinião do Conselho Fiscal;
  - e) A realização de operações de crédito;
  - f) A celebração de convênios;
  - g) A alienação e a oneração de bens móveis e imóveis do Consórcio;
  - h) A mudança de local da sede.
- VII – Definir, por 2/3 (dois terços), o número e as funções do quadro de pessoal;

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

VIII – Prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o consórcio venha receber;

IX – Contratar serviços de auditoria;

X – Decidir sobre o ingresso de outros entes federativos no consórcio Público;

XI – Aprovar a extinção do consórcio;

XII – Deliberar sobre assuntos gerais do consórcio.

**Art. 10.** - A Assembleia Geral se reunirá:

a) Ordinariamente, em uma oportunidade por ano, realizada até o 1º dia de março;

b) Extraordinariamente, sempre que a efetivação da finalidade do consórcio assim reclamar.

**Art. 11.** - As reuniões da assembleia serão convocadas pelo representante legal do Consórcio Público, por meio de ato formal endereçado a todos os entes consorciados.

§ 1º. Podem requisitar a realização de assembleias extraordinárias entes consorciados em número mínimo de quatro, providência que vinculará o representante legal do Consórcio Público;

§ 2º. A convocação para os atos deverá ser entregue com, no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência e conterá, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, hora e local da reunião.

**Art. 12º** - As reuniões da Assembleia Geral serão instaladas, em primeira convocação, com a verificação da presença de representantes legais de entes consorciados que representem, no mínimo, metade do número de votos, e em segunda convocação, de dois terços do número de votos.

§ 1º. Em caso de reunião da Assembleia Geral destinada a elaborar, aprovar, ou alterar o estatuto social, e ainda, deliberar a respeito da extinção do Consórcio Público, a instalação da sessão, em primeira convocação, ocorrerá com a verificação da presença de representantes legais de entes consorciados que representem a integralidade do número de votos, e em segunda convocação, de metade do número de votos;

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto Contrato de Consórcio Público

**§ 2.** Entre uma e outra convocação, correrá o tempo de 30 (trinta) minutos.

**Art. 13.** - Cada ente federativo integrante do Consórcio Público contará com um único voto nas reuniões da assembleia geral, de idêntico valor.

**Parágrafo único.** Em caso de empate na votação das deliberações, prevalecerá o voto do presidente do Consórcio Público.

**Art. 14.** - Participarão da Assembleia Geral os Chefes do Poder Executivo de cada ente federado consorciado, ou representante com poderes específicos registrados em instrumento particular formalizado exclusivamente para tal fim.

## SEÇÃO II DO CONSELHO DIRETOR

**Art. 15.** - O Conselho Diretor é responsável pela direção do Consórcio Público Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Vale Bandeirantes do Estado do Paraná.

**Art. 16.** - O Conselho Diretor é constituído por 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um deles o Presidente do Consórcio Público, o Vice-Presidente e o Tesoureiro.

**Art. 17.** - O Presidente, representante legal do Consórcio Público, será eleito por maioria simples, pela Assembleia Geral, dentre um dos prefeitos dos Municípios que compõe o Consórcio Público, na primeira quinzena de dezembro do último ano da gestão.

**§ 1º.** O mandato do representante legal perdurará por 2 (dois) anos, vedada a recondução ininterrupta ao cargo, e se encerra no dia 31 de dezembro, sendo que o primeiro deles se inicia quando da escolha do representante em Assembleia Geral, e o demais sempre no 1º dia de janeiro do ano seguinte à escolha.



# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto Contrato de Consórcio Público

§ 2º. A eleição realizada em períodos que coincidam com o final do mandato eletivo de Prefeito Municipal, será realizada entre os prefeitos já eleitos e diplomados pela Justiça Eleitoral, cuja eleição será realizada na última quinzena do término do mandato e o eleito tomará posse no dia 1º de janeiro.

**Art. 18.** - O Vice-Presidente e o Tesoureiro serão eleitos por maioria simples, pela Assembleia Geral, conforme disposição do artigo anterior.

**Art. 19.** - Na ausência do Presidente, o Consórcio Público será representado e gerido pelo Vice-Presidente, e na ausência deste, pelo Tesoureiro.

**Art. 20.** - O Conselho Diretor reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, a cada 2 (dois) meses;
- b) Extraordinariamente, sempre que a finalidade do órgão assim exigir.

**Art. 21.** - As reuniões serão formalmente convocadas pelo Presidente do Consórcio Público, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo único.** O ato de convocação conterá, resumidamente, a pauta de discussão, o dia, hora e local da reunião.

**Art. 22.** - Compete ao Conselho Diretor:

I – Realizar as atividades vinculadas à implementação das finalidades do Consórcio Público;

II – Autorizar e adotar as providências necessárias à efetivação de processos seletivos públicos, promover a contratação e demissão de funcionários, e realizar todos os demais atos referentes ao quadro pessoal;

III – Instaurar processos administrativos para a verificação de condutas irregulares e aplicação de sanções aos empregados vinculados ao Consórcio Público, exceto daqueles cedidos pela administração municipal de qualquer dos entes federativos integrantes do Consórcio Público;

IV – Elaborar o Plano de Metas e Proposta Orçamentária Anual;

V – Elaborar o Balanço e Relatório de Atividades Anual;

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

#### Contrato de Consórcio Público

- VI – Elaborar as Prestações de Contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio para ser apresentada pela Assembleia Geral ao Órgão Concessor;
- VII – Dar publicidade anualmente do Balanço Anual do Consórcio;
- VIII – Movimentar as contas bancárias e os recursos do Consórcio;
- IX – Ordenar as despesas do Consórcio Público;
- X – Autorizar a realização de aquisições de materiais e serviços e efetivar o procedimento licitatório correspondente;
- XI – Instaurar e instruir procedimentos para aplicação da penalidade de suspensão ou exclusão de ente consorciado;
- XII – Realizar as medidas solicitadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho Fiscal;
- XIII – Propor à Assembleia Geral a alteração dos termos do Estatuto.

**Art. 23.** - Compete ao Presidente do Consórcio Público, entre outras atividades inerentes ao exercício da função de representante legal:

- I – Convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral;
- II – Convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- III – Decidir, em caso de empate, nas deliberações do Conselho Diretor;
- IV – Representar o Consórcio ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios bem como constituir procuradores “ad negotia” e “ad juditia”;

### SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

**Art. 24.** - O Conselho Fiscal é constituído por 3 (três prefeitos) que ocuparão o cargo de titulares, e seus respectivos vice-prefeitos, ocuparão os cargos de suplentes do Conselho Fiscal.

**Parágrafo único.** Os membros do Conselho serão escolhidos entre os Prefeitos integrantes do consórcio.

**Art. 25.** - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização, assessoramento e deliberação.

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

#### Contrato de Consórcio Público

**Art. 26.** - O Conselho Fiscal reunir-se-á:

- a) Ordinariamente, em uma oportunidade por ano, realizada até o 1º dia de março;
- b) Extraordinariamente, sempre que a finalidade do órgão assim exigir.

**§ 1º.** As reuniões serão convocadas por quaisquer de seus integrantes efetivos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por ato de convocação que contenha, a pauta de discussão, o dia, hora e local da reunião.

**§ 2º.** Somente serão instaladas as reuniões do Conselho Fiscal com a presença da integralidade de seus componentes, e suas deliberações serão adotadas por maioria simples.

**Art. 27.** - Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Fiscalizar a administração financeira e contábil, e monitorar os procedimentos financeiros do Consórcio, sugerindo ações e diretrizes de atuação ao Conselho Diretor;
- II – Opinar sobre a proposta orçamentária, balanços, prestação de contas e relatórios de contas a serem submetidas à Assembleia Geral;
- III – Recomendar ao Conselho Diretor sobre a realização de auditorias internas ou externas;
- IV – Representar ao Presidente do Consórcio Público pela convocação de reunião extraordinária da Assembleia Geral, para debater e deliberar a respeito de verificações efetuadas pelo órgão.

## CAPÍTULO II DA SECRETARIA GERAL

**Art. 28.** - Compete à Secretaria Geral executar todos os atos administrativos demandados pela Assembleia Geral, Conselho Diretor e Conselho Fiscal, bem como assistir esses órgãos quando da realização de reuniões e outros compromissos.

**Art. 29.** - Compete à Secretaria Geral, ainda realizar todas as providências administrativas necessárias ao desempenho das finalidades do Consórcio Público.

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto Contrato de Consórcio Público

**Art. 30.** - O órgão será composto pelo Secretário Geral, que será indicado pelo Presidente do Consórcio.

**Parágrafo único.** O Secretário Geral será cargo de livre nomeação e exoneração cabendo à indicação ao Presidente do Consórcio, com valor definido por Resolução, tendo como base o *quantum* do subsídio do secretário municipal do Município sede.

### CAPÍTULO III DOS CRITÉRIOS PARA REPRESENTAÇÃO

**Art. 31.** - Os entes federativos consorciados serão representados pelo Consórcio Público junto ao governo estadual e federal, em todos os assuntos relacionados à finalidade da união intermunicipal.

**Parágrafo único.** Os representantes legais dos entes consorciados serão comunicados a respeito de atos e agendas a serem realizados, podendo consignar suas considerações a respeito.

### TÍTULO IV DA GESTÃO ADMINISTRATIVA CAPÍTULO I DO QUADRO DE PESSOAL

**Art. 32.** - O Consórcio Público contará com quadro de pessoal integrado exclusivamente por servidores cedidos pelos municípios associados, com ônus para os cedentes, em número e funções a serem definidas em assembleia geral.

**Art. 33.** - Caso futuramente haja demanda, a contratação de empregados pelo consórcio dependerá de alterações do estatuto obedecendo-se ao disposto do artigo 4º, inciso IX, da Lei 11.107 de 2005.

### CAPÍTULO II DAS CONTRATAÇÕES

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

**Art. 34.** - As contratações de bens, obras e serviços realizadas pelo Consórcio Público observarão as normas de licitações públicas e de contratos administrativos.

**Art. 35.** - Os editais de licitações e os extratos de contratos celebrados pelo Consórcio Público deverão ser publicados na imprensa oficial.

## TÍTULO V

### DOS CONTRATOS DE GESTÃO E TERMOS DE PARCERIA, DA GESTÃO ASSOCIADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E DO CONTRATO DE RATEIO

#### CAPÍTULO I

#### DOS CONTRATOS DE GESTÃO E DOS TERMOS DE PARCERIA

**Art. 36.** - O Consórcio Público não firmará Contratos de Gestão nem Termos de Parceria, definidos na Lei n. 9.637/1998 e Lei n. 9.790/1999, respectivamente.

#### CAPÍTULO II

#### DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**Art. 37.** - Os Municípios autorizam a gestão associada dos serviços públicos relacionados com a execução das finalidades consorciadas.

**Art. 38.** - Para consecução da gestão associada, os entes transferem ao consórcio o exercício das competências de planejamento, da regulação, da fiscalização e da execução dos serviços públicos que se fizerem necessários ao cumprimento do art. 6º.

**Art. 39.** - Os Municípios prestam consentimento para o consórcio licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização na prestação dos serviços.

**Art. 40.** - Ao Consórcio somente é permitido comparecer a contrato de programa para:

a) Na condição de contratado, prestar serviços públicos relacionados ao objeto consorciado, por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, tendo como contratante Município consorciado;

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

b) Na condição de contratante, delegar a prestação de serviços públicos relacionados ao objeto consorciado a órgão ou entidade de ente consorciado.

**Art. 41.** - Os contratos de programa serão firmados em conformidade com a Lei 11.107/2005 e com o Decreto 6.107/2007 e celebrados mediante dispensa de licitação, nos termos do Inciso XXVI do Art. 24 da Lei nº. 8.666/93.

**Art. 42.** - É possível que nos contratos de programas celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços contratados.

**Art. 43.** - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam:

- a) O objeto, a área e o prazo da delegação dos serviços públicos contratados, inclusive a contratada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;
- b) O modo, a forma e as condições de prestação de serviços;
- c) Os critérios, indicadores, e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- d) Os direitos, garantias e obrigações do contratante e do prestador, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futuras alterações e expansões dos serviços;
- e) As penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o prestador dos serviços, inclusive quando Consórcio Público, e sua forma de aplicação;
- f) Os casos de extinção;
- g) Os bens reversíveis;
- h) A obrigatoriedade, a forma e a periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ou de outro prestador dos serviços, no que se refere à prestação dos serviços por gestão associada de serviço público;
- i) A periodicidade conforme a qual os serviços serão fiscalizados;
- j) O foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

**Art. 44.** - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também serão necessárias as cláusulas que estabeleçam:

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

#### Contrato de Consórcio Público

- a) Os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
- b) As penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
- c) O momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;
- d) A indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
- e) A identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao prestador dos serviços, inclusive quando este for o consórcio;
- f) O procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas, taxas ou outras emergentes da prestação dos serviços.

**Art. 45.** - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade da administração direta dos Municípios contratantes, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo prestador dos serviços pelo período em que vigorar o contrato de programa.

**Art. 46.** - O contrato de programa poderá autorizar o Consórcio Público, e este delegar a atribuição a outro Ente, a emissão de documentos de cobrança e a exercer atividades de arrecadação de taxas, de tarifas e outros preços públicos pelos serviços públicos prestados pelo consórcio.

**Art. 47.** - Nas operações de crédito contratadas pelo prestador dos serviços para investimentos nos serviços públicos dever-se-á indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

**Art. 48.** - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

**Art. 49.** - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e à

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

viabilidade da prestação dos serviços pelo prestador, por razões de economia de escala ou de escopo.

**Art. 50.** - O não pagamento da indenização prevista no artigo anterior, inclusive quando houver controvérsia quanto a seu valor, não impede o titular de retomar os serviços ou adotar outras medidas para garantir a continuidade da prestação adequada do serviço público.

**Art. 51.** - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

- a) O titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;
- b) Extinção do Consórcio Público.

## CAPÍTULO III

### DO CONTRATO DE RATEIO

**Art. 52.** - A fim de transferir recursos ao Consórcio Público será formalizado, em cada exercício financeiro, contrato de rateio entre os entes consorciados.

a) O prazo de vigência do contrato não será superior ao das dotações que o suportarem, ressalvadas as hipóteses dispostas no § 1º, artigo 8º, da Lei nº. 11.107/2005;

b) Cada ente consorciado efetuará a previsão de dotações suficientes na lei orçamentária ou em créditos adicionais, sob pena de suspensão e, depois, exclusão do Consórcio Público.

## TÍTULO VI

### DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 53.** - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

**Art. 54.** - O patrimônio do Consórcio Público será constituído:

- I – pelos bens e direitos que adquirir a qualquer título.
- II – pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.



# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

**Art. 55.** - Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

- I – A entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;
- II – A remuneração dos próprios serviços prestados;
- III – Os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;
- IV – Os saldos do exercício;
- V – As doações e legados;
- VI – O produto de alienação de seus bens livres;
- VII – O produto de operações de crédito;
- VIII – As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

**Art. 56.** - A contabilidade do consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, com observância, em especial, da Lei nº. 4.320/64 e Lei Complementar nº. 101/00.

## TÍTULO VII

### DO USO DOS BENS E SERVIÇOS E DA GESTÃO DOS SERVIÇOS

#### CAPÍTULO ÚNICO

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 57.** - Os entes consorciados terão acesso aos bens móveis e imóveis adquiridos pelo Consórcio Público, bem como aos que lhe forem cedidos, permitidos, emprestados ou locados, além dos serviços prestados diretamente pelo Consórcio Público, ou decorrentes de termo de cooperação, parceria ou contrato de programa como Consórcios Públicos, Associações e demais entidades públicas e privadas.

**Parágrafo único.** Respeitado o teor da legislação municipal de cada um dos Consorciados, cada ente federativo poderá colocar à disposição do Consórcio Público os bens e serviços de sua própria administração para uso comum.

**Art. 58.** - Para execução de Gestão Associada dos programas, ações, e atividades comuns, aprovada a partir dos respectivos contratos de programa e de rateio, o CINDEP

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto Contrato de Consórcio Público

fica autorizado a contratar a gestão de serviços prestada por Consórcio Público ou entidade congênere, constituída sob a égide da Lei Federal nº 11.107/2005, mediante pactuação de termo, atendido os requisitos da Lei Federal nº 8.666/93.

## TÍTULO VIII DA RETIRADA, INCLUSÃO, EXCLUSÃO E DA EXTINÇÃO

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 59.** - As alterações previstas neste título dependerão de instrumento aprovados pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

### CAPÍTULO II DA INCLUSÃO DE ENTE FEDERATIVO

**Art. 60.** - O ingresso de novos entes federativos, que aceitarão a integridade das cláusulas do contrato de Consórcio Público, deverá ser autorizado pela Assembleia Geral por decisão unânime.

### CAPÍTULO III DA RETIRADA DE ENTE CONSORCIADO

**Art. 61.** - Qualquer ente federativo poderá se retirar do Consórcio Público, desde que seu representante legal apresente ato formal na Assembleia Geral, com antecedência de 30(trinta) dias.

### CAPÍTULO IV DA EXCLUSÃO DE ENTE CONSORCIADO

**Art. 62.** - A exclusão de entes federativos do Consórcio Público, aplicável depois de prévia suspensão, acontecerá na hipótese descrita no § 5º, artigo 8º, da Lei nº. 11.107/2005.

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

§ 1°. As providências serão determinadas em procedimento administrativo instaurado para tal finalidade, no qual serão observados os princípios do contraditório e da ampla defesa;

§ 2°. No período de suspensão, facultado ao ente consorciado suspenso sua reabilitação;

§ 3°. A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente, assim ainda das obrigações antes assumidas.

## CAPÍTULO V

### DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

**Art. 63.** - A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumentos aprovados pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

§ 1°. Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao Consórcio.

§ 2°. Até que haja decisão que indique os responsáveis pelas obrigações, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, assegurados o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3°. Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem;

§ 4°. A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto Contrato de Consórcio Público

#### TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 64.** - Qualquer dos contratantes, desde que adimplente com suas obrigações poderá exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de Consórcio Público.

**Art. 65.** - Os casos omissos no Contrato de Consórcio Público serão dirimidos por deliberação da Assembleia Geral, assim ainda pela legislação aplicável à espécie.

**Art. 66.** - As disposições jurídicas relativas ao presente Estatuto, bem como os efeitos financeiros passam a vigor após a publicação na Imprensa Oficial de cada um dos Entes subscritos, visando atender ao Princípio da Publicidade.

**Art. 67.** - Os Municípios Consorciados, com anuência abaixo de seus representantes legais, aprovam o presente Contrato de Consórcio Público, tendo por fundamento as disposições do Protocolo de Intenções, firmado em 25 de janeiro de 2013, devidamente ratificado nos termos da legislação municipal de cada Município, constante do artigo 2º, deste Estatuto, para que produza seus efeitos jurídicos desejados.

Colorado (PR), 27 de maio de 2013.

#### **MUNICÍPIO DE COLORADO**

CNPJ 76.970.326/0001-03

Prefeito Joaquim Horácio Rodrigues

#### **MUNICÍPIO DE ITAGUAJÉ**

CNPJ 76.970.359/0001-53

Prefeito Jairo Augusto Parron

#### **MUNICÍPIO DE LOBATO**

CNPJ 76.970.367/0001-08

Prefeito Fabio Chicaroli

#### **MUNICÍPIO DE NOSSA SRA DAS GRAÇAS**

CNPJ 76.970.300/0001-65

Prefeito João Pineli Pedroso

# CINDEP

## CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO PARANAPANEMA DO ESTADO DO PARANÁ

### Publicação do Estatuto

### Contrato de Consórcio Público

#### **MUNICÍPIO DE PARANACITY**

CNPJ 76.970.334/0001-50

Prefeita Ednea Buchi Batista

#### **MUNICÍPIO DE SANTA INÊS**

CNPJ 78.092.293/0001-71

Prefeito Marcel André Regovichi

#### **MUNICÍPIO DE SANTO INÁCIO**

CNPJ 76.970.375/0001-46

Prefeito Valdir Antônio Turcatto

#### **MUNICÍPIO DE UNIFLOR**

CNPJ 76.279.975/0001-62

Prefeito Antonio Zanchetti Netto

Reinaldo Rodrigues de Godoy

Advogado – OAB/PR 17.543